

porã, duba

Jornal da PUC — Nº 145 — 14/09/88



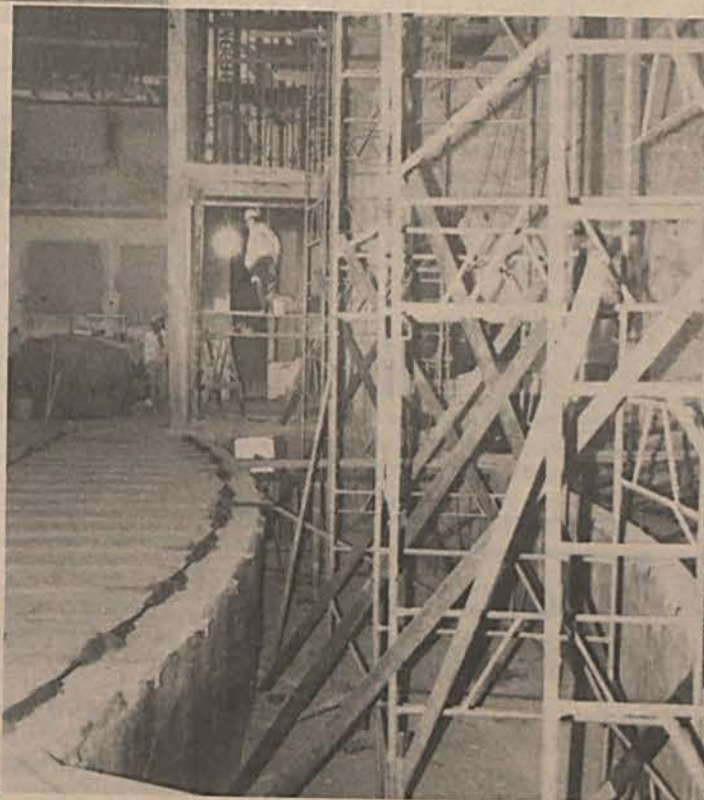
LEILA

*A candidata única à Reitoria
fala sobre suas propostas.
Apropuc, Afapuc e DCE
chamam boicote às eleições
(Pág. 3 e 4).*

*Duas reflexões sobre a participação
no processo eleitoral (Pág. 2)*

TUCA

*Campanha de reconstrução deve
utilizar o próprio espaço do teatro
para gerar recursos.
Pág. 8*



Fotos Ronaldo Entler

SOROCABA

*Apesar de enfrentar dificuldades, o Conjunto Hospitalar consegue diminuir o déficit do CCMB.
Pág. 5*

OPINIÃO

A propósito da eleição para Reitoria - 1988

Um cartaz da Afapuc, pregado nos corredores após sua última assembléia, chama atenção e provoca estranheza. Os dizeres do cartaz convocam os funcionários da PUC a se absterem, isto é, a **não votar** na eleição para escolha da nova reitoria, "com objetivo de reverter o processo eleitoral".

O que isso pode significar e quais os riscos que corremos? Qual o sentido de se desprezar decisões que foram democraticamente discutidas e encaminhadas, no sentido de legitimar o processo eleitoral? Reversão neste momento não é outra coisa senão um retrocesso, dentro de uma universidade que, pela sua história de conquistas democráticas, sempre se constituiu em um modelo para a universidade brasileira.

Enquanto nos centros universitários do país luta-se pelo fim das listas tripliques ou sêxtuplas, ou então, para que se respeite a votação da maioria na indicação das listas, os funcionários da PUC preferem não votar para "reverter o processo eleitoral". A entidade fala em nome da maioria de seus representados para tirar-lhes o direito do peso de 1/3 na decisão desta eleição majoritária? Será que prefere um reitor nomeado?

A autonomia universitária poderá, assim, estar ameaçada pela recusa a um processo eleitoral legítimo e que tem sido, nesta universidade, expressão dessa autonomia e característico da postu-

ra democrática através da qual a comunidade universitária tem realizado diversas eleições internas.

Recusar o processo eleitoral tem esse aspecto inevitavelmente; há que se aperceber disso.

Por outro lado, a recusa ao processo não pode se sustentar pelo argumento de que há apenas um candidato. É preciso refletir um pouco a respeito disso. Não há nenhuma razão democrática que desqualifique, por si, a candidatura única. É o processo eleitoral que indica as características mais ou menos democráticas de uma eleição. Em que pesem nossas divergências dentro da universidade, nenhum grupo de opinião ou político foi impedido de expor suas idéias ou lutar pela conquista de espaços de poder. Foi-se o tempo!

A eleição de um novo reitor faz-se no exato momento em que estava programada, desde há quatro anos, quando se elegeu a atual reitoria. Não se sabia disso? É claro que sim. Todos os interessados sabiam. Entretanto, não é a primeira vez que se tenta adiar as eleições. Mais uma vez, o já visto e enfadonho pedido de adiamento foi feito; só que a novidade foi o não adiamento do pleito. Pela primeira vez, o Consun manteve as regras estabelecidas por ele mesmo, aliás, o órgão máximo de decisão na Universidade, onde, por direito, os três segmentos da comunidade têm assento.

O primeiro turno habilitou

três candidatos a reitor; lembrem-se que esse primeiro turno apenas indicava candidaturas a partir de uma lista de 184 professores habilitados de acordo com os estatutos da universidade. As articulações políticas internas expressaram-se aí. Tanto isso é verdade que houve concentração de votos em alguns nomes. A publicação da lista dos docentes habilitados demandou, por parte deles, a explicitação da vontade de ser reitor. Alguns declararam-se explicitamente, outros timidamente. As unidades universitárias e os grupos articulados movimentaram-se em torno de alguns nomes e o resultado foi, portanto, legítimo. Houve descontentamentos, como sói acontecer, na medida em que alguns quase alcançaram a votação exigida. Mas, obviamente, não se trata de incerteza estatística e é bastante difícil exercitar a política do quase. O primeiro turno era, neste sentido, eliminatório. Muitos estavam habilitados, mas apenas alguns seriam candidatos, porque expressariam a vontade em sê-lo e porque expressariam a confiança de uma parcela da comunidade em sua postura, idéias e capacidade para um trabalho tão difícil quanto é ser reitor desta PUC que conhecemos tão bem.

Se a consulta à comunidade habilitou, assim, três candidatos, apenas um inscreveu-se. Um deles aliou-se ao inscrito e o outro simplesmente não se inscreveu, esclarecendo ao Consun

suas dignas razões.

Em que este processo democrático pode se ver desvalorizado por apresentar apenas uma candidatura? O processo reflete a capacidade de articulação dos conjuntos que se compõem (tão diferentemente a cada vez) política e academicamente nas situações decisórias em nossa universidade. Não parece muito digno tentar desqualificar o processo eleitoral apenas porque alguns grupos não foram, desta vez, capazes de articular uma candidatura a seu gosto.

É isto que parece estar por trás desta palavra de ordem **não votar**.

Além do mais, defender a abstenção é apostar na apatia e no marasmo político, desmoralizando a democracia e somando forças com a nostalgia autoritária.

Em suma, há duas posturas possíveis no atual momento: votar na única candidata inscrita ou, caso ela não seja do seu agrado, votar em branco ou nulo. Qualquer outra postura, além de anti-democrática, revela a permanência nefasta de oportunismos que de há muito deveriam estar apagados da política em geral.

Professores: Marijane Lisboa, Sílvia Helena S. Borelli, José Mário Ortiz Ramos, Lucia Helena Rangel
Alunos: José do Nascimento Júnior, Mauro, Jacqueline, Paulo Punk

Outra eleição, outros eleitores

A consulta prévia para a eleição da Reitoria aconteceu cerca de dezessete dias antes da mobilização, a discussão temática de problemas universitários, de programas de trabalho e dos rumos desta universidade não aconteceram da forma que o imaginário de cada um construiu. A consulta prévia definiu, de antemão, a eleição que virá. Surgiram manifestações desejando estabelecer um novo curso ou definir uma nova direção. Foram analisadas pelo Conselho Universitário. O Consun confirmou o caminho já traçado.

Cada eleitor faz seu diagnóstico eleitoral. Como membro da Comissão Eleitoral deverei fazer acontecer as eleições, como forma adequada de se indicar quem sucederá a atual Reitoria; como

eleitor, confio que os colégios eleitorais farão uso do processo para manifestar-se sobre a candidatura inscrita. E mais, a comunidade não deixará de comparecer às urnas para exprimir sua vontade.

No diagnóstico de muitos eleitores, considero um equívoco atribuir a baixa frequência a consulta ao processo eleitoral e, como tal, arremeter argumentos contra os vícios de uma consulta prévia. Fosse outra a via escolhida e tudo que a imaginação concerta teria acontecido! A consulta evidencia, porém, que o processo eleitoral é diferente dos que já aconteceram, porque outra é a universidade em 1988. Em outros pleitos o eleitor mobilizou discussões e plataformas, permaneceu atento à constitui-

ção do poder, esteve atento às questões cruciais da universidade. Sua participação conjugava-se com a perspectiva democrática da sociedade e seus gestos pareciam ter ressonância no conjunto da sociedade. O eleitor queria fazer a eleição; nada acontecia como determinações do acaso. Se a consulta nesta primeira fase fez um outra eleição é porque os eleitores se tornaram outros.

A eleição está sendo preparada. É evidente que uma candidatura única limita a expressão de protestos diferentes. Mas, se outros não se inscreveram, sem que se lhes negasse o direito, não deve suportar, sozinha, as ausências e abstenções quem se propôs à disputa. Inviabilizar a eleição, negando à candidatura o direito

de sufragar-se em um processo eleitoral público, seria afastar-se da conduta democrática. E o Consun deliberou, acertadamente, em manter o processo já estabelecido.

Ao final do processo de eleição, a Comissão entregará a ata das eleições, como prescreve a Deliberação sobre o assunto. Em 29 de novembro, a nova Reitoria deverá assumir a direção da Universidade para não ficar vacante o posto, com a extinção do mandato da Reitoria atual.

Inicia-se uma nova gestão, com membros eleitos, se assim quiserem os eleitores, ou outorgada se não houver nome sufragado.

Prof. Antonio Chizzotti, Vice-Reitor Acadêmico

CARTAS

Mensalidades

Eu devo ser mais uma dentre tantas pessoas indignadas com a atual PUC. Aliás, não tenho a mínima pretensão de originalidade — não me dou a este luxo...

É que a sensação fria no meu estômago, cada vez que abro o envelope que contém o carnê, está cada vez mais insuportável.

Li, no último jornal, a reportagem sobre os reitoráveis. Será que o eleito, como o atual, vai se preocupar tanto conosco? Essa é a indagação que me vem, num relance. Depois, passando ao plano prático, pergunto, o que será que significa o valor de Cz\$ 41.000,00, se há um desconto de Cz\$ 10.000,00? Trinta e um mil cruzados é "muita grana" para pagar, e será muito mais se a base dos futuros aumentos forem os Cz\$ 41.000,00 ou Cz\$ 51.000,00... até o final do ano...

Vocês sabiam que a mensalidade de alguns cursos no Mackenzie, "aquele burguês", é de Cz\$ 14.000,00?

Fica difícil discutir o nível do ensino, as propostas, as possibilidades profissionais ou o andamento do curso, quando mal se consegue pensar em pagá-lo. Mas isto é o nosso país, e a PUC, hipócrita no seu discurso aberto, nada mais é que uma microreprodução, escamoteada.

Roseli Bolgueroni
Direito — sala 205

Expediente
Professores Jornalistas:
Laurindo Lalo Leal Filho (reg. Mtb. 12.100 — Mat. Sind. 300) — Valdir Mengardo (Mtb. 12.347 — Mat. Sind. 6707).
Redação
Editora: Elizabeth Lorenzotti (reg. Mtb. 10.716 — Mat. Sind. 4.183).
Editor Assistente: J. Judiciano G. Cavalcante.
Repórteres: Agostinho L. G. Teixeira, Demétrius Papparounis, Débora Freire.
Fotografia: Ronaldo Entler.
Diagramação: Marcelo Araújo Azevedo.
Colaboradores: Ana Claudia Lins, Pollyana Ferrari.
Publicidade: Roberto Coelho Barreiro Filho (reg. Mtb. 3.038 — Mat. Sind. 12.596).
Produção: Sonia Regina Pinto de Souza.
Porã'duba circula quinzenalmente com distribuição gratuita e é editado sob a responsabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Rua Monte Alegre, 984, São Paulo, CEP 05014, tel. 263-0211, r. 227 ou 864-1012.
Tiragem: 15 mil exemplares.

ANÚNCIOS POPULARES

Datilografia — Faço trabalhos escolares, currículos, Teses, Transcrições de fitas, RÁPIDO E PERFEIÇÃO. Máquina IMB. Tratar fones: 252-0728 e 265-5833, c/ TELMA. Trabalhos sábados e domingos, inclusive.

Esteticista — Depilação definitiva, eletrocoagulação. Depilação cera mel descartável. Experiência de 15 anos.
Cz\$ 500,00

Rua Turiassú, 1086
Perdizes.
263-2668 — M.º do Carmo.

MAGNUS CABELEREIROS

Promoção

FAÇA LIMPEZA DE PELE E GANHE UM LYFIT
MANICURE 400,00
CORTE 400,00
CALISTA COM HORA MARCADA
VENDEMOS PRODUTOS NATURA

Cardoso de Almeida, 1524
Tel.: 263-9050

Sucopi

Serviço Universitário de Cópias

qualidade que custa pouco

cópias xerox
cópias nashua
textos-teses
reduções
encadernações
plastificações
cópias em cores (em breve)

"Usamos produtos Savin"

Loja I Ministro Godoy, 946 - (em frente a PUC)
Loja II Sub solo prédio novo da PUC

Leila Bárbara fala sobre seu projeto de Universidade

A eleição para a Reitoria começa a ser o principal assunto discutido nos corredores da PUC. Nesta entrevista, a professora Leila Bárbara, candidata única, revela suas posições com relação à autonomia da universidade. Diz qual será a sua política financeira, esclarece boatos de demissões de funcionários, fala sobre alterações nos contratos dos professores e como pretende criar condições para manter na universidade os alunos sem condições financeiras. Demonstra confiança na participação da comunidade no momento do voto e por isso acredita que haverá quorum nas eleições.

Porã — (Pergunta da Apro-puc) — Qual a sua compreensão sobre a autonomia universitária em relação ao Estado e à Fundação São Paulo?

Leila — Acho importante falar da autonomia da universidade, principalmente quando estamos num momento de concretização da autonomia da PUC, que é quando se elege o Reitor. A autonomia da PUC vai desde o processo eleitoral que é, digamos, o marco da autonomia da universidade, até a importância da universidade definir seus rumos, suas diretrizes, seu projeto acadêmico, e nessa definição envolver todos os setores e segmentos da universidade. Dentro da PUC é importante ver a autonomia através da garantia das conquistas democráticas obtidas.

Porã — E a autonomia em relação à Fundação São Paulo?

Leila — Se os meus predecessores não tiveram problemas com a Fundação quanto à autonomia, não vejo porque eu teria. Em primeiro lugar, porque é a continuação de um processo de autonomia, e em segundo lugar, porque agente tem muito claro o que seriam diretrizes importantes para a universidade e onde preservar essa autonomia.

Porã — Que tipo de política financeira seria adotada para manter essa autonomia e, segundo o seu programa, “manter a vocação acadêmica e democrática da PUC”, sem atrelamento com o Estado e a Fundação São Paulo?

Leila — Este é um ponto importante em que a PUC deverá até assumir um papel de ponta-de-lança em relação as outras universidades e outros setores da sociedade. Exemplifico: nós acabamos de ter a Constituinte aprovando verbas públicas para o ensino privado. São poucas as universidades no Brasil que têm direito a estas verbas, numa perspectiva realmente de abertura. A PUC é a universidade que tem



Leila Bárbara: “Espero uma oposição tão boa como a que eu fiz”

esse direito. Ela é uma universidade sem fins lucrativos, que tem carreira, com os professores sendo avaliados periodicamente, pelo menos em termos da titulação. Poucas universidades têm isso. Até as próprias federais permitem uma progressão na carreira apenas por tempo de serviço, o que é uma vergonha. Agora, como a gente deve complementar essa avaliação, estou vendo a nível de minha gestão. Nós temos que ter uma clareza administrativa muito grande. O uso de dinheiro dentro da PUC, e isto inclui verbas públicas, tem de ser muito transparente. Outro ponto importante é que nós temos que passar por uma avaliação séria da universidade. Isso tudo vai nos dar uma credencial muito grande para reinvidicar, e não pedir, verbas públicas e de instituições particulares, por que não?

“Todos vão querer detectar quem não está trabalhando”

Porã — Essa avaliação, tanto dos docentes quanto dos funcionários, seria uma espécie de seleção?

Leila — Não vejo desta maneira. É uma avaliação da instituição que vai envolver professores, funcionários e estudantes. Ela será uma avaliação do trabalho como um todo, e eu vejo muito mais como um mecanismo estimulador, e não como um instrumento de punição. O que mais os funcionários da PUC têm reclamado é da falta de estímulo para o trabalho. Nada do que a gente faz de bom dentro da universidade é reconhecido. Então, para quê fazer? Depois se diz que a

PUC não produz. Não é verdade. Ela não cacareja. Bota o ovo e fica quieta. Acho que o primeiro momento da avaliação implica nisso: ver o que se tem de bom. Evidentemente também o que tem de mau. Todos vão querer detectar quem não está trabalhando, colaborando. Mas a grande maioria da universidade está, e isso é fundamental.

Porã — Com relação aos funcionários, o seu programa fala em um “novo e satisfatório Plano de Cargos e Salários”. Isto seria um estímulo novo?

Leila — Seria. Porque a grande grita dos funcionários, e eles têm razão, é por um plano que permita um processo eficiente de avaliação. Não há outra forma. Se não, é compadrismo e pode virar perseguição. Esta é a grande reivindicação de todos os setores. Poder mostrar o que faz.

Porã — Esses mecanismos de avaliação sempre causam polêmicas...

Leila — Mas tem que ser bem estudado, bem planejado. Na área acadêmica nós temos uma professora da PUC que está dando assessoria a várias universidades, que é a Ana Maria Saul. Pretendo utilizar uma pessoa especializada nesta área para coordenar o grupo de estudo.

Porã — A senhora fala, em seu programa, em determinar uma nova política contratual para os docentes. A Apro-puc reivindica menor número de alunos por sala, maior tempo para pesquisa e preparação de aulas e atendimento aos alunos. A sua administração poderá contemplar essas reivindicações?

Leila — Não quero fazer pre-

visões. Essa proposta da Apro-puc parece que responde a toda uma manifestação da universidade, digamos, com relação a problemas já detectados, inclusive por mim, pois participei ativamente de todas as discussões com relação a contratos. Então, vamos ter que estudar a proposta com carinho. No meu programa coloco claramente que gostaria de estudar as formas de contratos das diversas unidades. Isto porque esse contrato único para toda universidade parece que não responde às necessidades de todas as unidades.

“Não podemos cobrar de todos alunos, o que estamos cobrando”

Porã — O ponto “Redefinição da correspondência entre crédito cursado e semestralidade”, que consta de seu programa, implica na redifinição da política de reajustes das mensalidades? De que maneira vai ocorrer essa redefinição?

Leila — Não posso dizer que vou fazer uma redefinição da política de reajuste porque não está claro para nós, como equipe, qual é a real situação econômica da universidade. O que está claro para nós é que vamos procurar redefinir uma política que permita ao aluno cursar por tudo aquilo que ela pagou. Uma política que não deixe o estudante fora da Universidade por questões financeiras. O primeiro passo é redefinir o mecanismo de bolsas. Temos que ampliar, buscar recursos externos. Não podemos cobrar de todos os alunos o que estamos cobrando. Esta é

uma preocupação muito séria. **Porã** — O seu programa contempla a paridade nos órgãos colegiados, mas com uma revisão. Como será esta revisão? E com relação à estrutura da Reitoria, ela será mantida?

Leila — Estou muito preocupada com a estrutura da Reitoria. Nós vamos começar seguindo basicamente a mesma estrutura, mas com uma organização de trabalho menos piramidal. Estamos pensando em um esquema de Reitoria onde as decisões sejam tomadas em colegiados, e a execução fique a cargo de uma ou outra pessoa. Será uma Reitoria que discuta mais em conjunto e onde o papel tanto da Reitoria quanto do Reitor fique melhor caracterizado. Quanto aos órgãos colegiados, não sei se precisamos de uma redefinição de sua estrutura. Talvez o grande problema da paridade tenha a ver um pouco com os problemas de mobilização, com o fato de ser uma nova experiência. Minha primeira proposta é que as eleições de representantes se dêem por unidades.

Acho que uma eleição por Faculdade ou por Departamento, ou por Centro, diminuirá o corporativismo, este que é um dos grandes problemas dos colegiados. No atual sistema, a abordagem de temas é feita ou por estudantes, ou por professores ou funcionários. Não há como estudante e professor estarem em lados opostos em uma Universidade. Ainda com relação à estrutura da Reitoria, não incluí nenhum religioso no staff. Isso não quer dizer que esteja fechada a questão. Iremos discutir, assim que eleita, como atinar a questão pastoral aqui na Universidade, entre outros pontos.

Porã — Os dez nomes que você inscreveu junto com sua candidatura formarão, necessariamente, a sua equipe?

Leila — Dentro desta lista estão os nomes que comporão a nossa equipe. Ainda não temos uma decisão de quem será quem, mas os vice-reitores estão entre estes nomes.

Porã — O que a senhora acha do atual processo eleitoral? A Prévia foi legítima? Para as eleições, a senhora se preocupa com a obtenção de quorum?

Leila — Nós tivemos 70% dos funcionários e 43% dos professores votando. É verdade que tivemos poucos alunos. Tivemos datas que não estavam claras. Não tivemos pessoas fazendo propaganda. A única pessoa que saiu por aí falando o que pensava fui eu. Se outros não saíram, foi por-

continuação da página anterior.

que não tinham o firme propósito de concorrer à Reitoria. Não podemos dizer que não foi legítima, não é um problema de legitimidade. Agora, eu sair candidata única não é tão bom, porque não propicia o debate tão claramente. Por outro lado é bom porque permite a discussão em cima da proposta, possibilita aperfeiçoá-la. Acho que não há por que abdicarmos agora da eleição, de um direito que é a marca da autonomia da PUC. Acho que a Universidade vai votar sim. Tenho certeza de que teremos uma afluência muito grande às urnas.

Porã — Pela sua votação na prévia, a senhora obteve maior votação entre os professores e funcionários. A senhora estaria descartando o apoio dos alunos já que, mesmo que não haja participação de um dos setores, estaria eleita?

Leila — De jeito nenhum estou descartando o apoio dos alunos. Eles são fundamentais

na Universidade. Espero e tenho certeza de que vou obter uma votação significativa entre os alunos. Os alunos estão começando a me conhecer e o contato inicial tem sido muito bom. É mais difícil mobilizá-los, isto porque o número de alunos é maior que o de professores e funcionários.

Porã — Para o professor Wanderley, uma das maiores dificuldades que ele enfrentou foi ter que dirigir com os diretores de Centro na oposição. A senhora acredita que enfrentará este problema?

Leila — É difícil dirigir, com ou sem oposição. Agora, sem oposição corre-se o risco de não se ter quem critique, você mesmo tem que se criticar. Muitas das coisas boas que aconteceram nesta Reitoria — e olha que não foram muitas — aconteceram porque ela tinha uma oposição muita boa, que era eu. Essa oposição foi fundamental para a construção da Reitoria. A crítica séria, construtiva, é fundamen-

tal. Não tenho medo de oposição.

Porã — A senhora não acredita que, com a sua gestão, possa ocorrer o contrário? Por ser candidata única não ter quem a critique?

Leila — Acredito que não. Sou candidata única, mas a Universidade inteira não pensa do mesmo jeito. Acho que vai haver e espero que seja uma oposição tão boa quanto a que eu fui. Agora, você dizer: "Para eu governar bem, tenho que nomear todos os cargos de chefia" — isso não concordo. Vamos ter alguns que vão ser oposição, outros que não, mas tenho certeza de que vamos ter uma equipe dirigindo a Universidade junto com a Reitoria.

Porã — Muitas pessoas acreditam que a democracia aqui na PUC não deu certo. O que a senhora acha?

Leila — Não é porque algumas coisas saíram erradas que devemos achar que a democracia não funciona. É que num regime democrático os erros são

mais visíveis. Provavelmente se erre menos, mas se discute mais os erros. Talvez tenhamos chegado a extremos, a momentos de democracies. Mas são descaminhos que a própria ansia por liberdade ocasiona. Agora, vamos jogar tudo fora por causa disso? Não. Vamos trabalhar em cima dos erros e corrigi-los.

Porã — Em seu programa a senhora fala em descentralização. Mas algumas pessoas têm comentado que a senhora é muito centralizadora, muito mandona. A sua administração vai ter essa imagem?

Leila — Acho que todo mundo que é presente tem as suas qualidades e seus defeitos muito assinalados. Não sou centralizadora, não. O que está ocorrendo é uma grande fofoca. Está circulando entre os funcionários que eu vou cassar as quarenta horas. Que vou cassar as portarias que dão à justificativa de falta. Isto é absurdo. Primeiro, porque é um direito conquistado, e, mesmo

que quisesse, não poderia fazê-lo. Isto serve para dar a dimensão das fofocas.

Porã — Fala-se em demissões. **Leila** — Disseram que eu vou demitir o pessoal da limpeza. Gostaria de saber se sou eu que vou ter que varrer depois. Acho até que existe gente preocupada em ser demitida. Isto porque todo mundo que está em minha volta está trabalhando. Agora, se tem alguém aqui na PUC que está escorado sem fazer nada, deve estar preocupado.

Porã — Por estas palavras, a senhora vai cobrar eficiência. E quem não for eficiente?

Leila — Não sei nem se vou cobrar. Vou criar condições para todos serem eficientes. É claro que quem não for — não vou ser eu a cobrar eficiência, e sim os próprios colegas de setor.

Entrevista a Elizabeth Lorenzotti e Judi Cavalcante

Entidades pregam boicote à eleição

Por não concordarem com o atual processo eleitoral Afapuc, Apropuc e DCE divulgaram documentos onde convocam a comunidade a não participar da eleição para a Reitoria, a ser realizada nos dias 28 e 29 de setembro.

Segundo o documento da Afapuc, o atual processo eleitoral é "antidemocrático e não propicia uma séria discussão sobre o que realmente interessa: um projeto de universidade". A decisão de não comparecer às urnas foi tirada em assembleia realizada no dia 2/9. Para a entidade, "a Prévia caracterizou-se por uma grande abstenção da comunidade universitária e por grande quantidade de votos nulos e brancos".

Diferente no texto, mas com o mesmo conteúdo do documento da Afapuc, a Apropuc convoca os professores que concordarem com a avaliação apresentada no documento a não votarem. O documento faz algumas considerações sobre a Prévia e o processo eleitoral. Com relação à Consulta Prévia, o documento conside-

ra que serviu para "travar o debate público sobre programas e nomes de candidatos, para alimentar e fortalecer práticas políticas já viciadas na universidade, como a discussão intra-grupo e visitas semi-oficiais a setores". Ainda, segundo o documento, a "maioria não compareceu à Consulta e esta condicionou o debate a um programa pronto e inscrito".

Em virtude desta análise, a entidade dos professores convoca-os a "não comparecerem à segunda fase do processo eleitoral a fim de que, por falta de 'quórum', ele venha a ser finalmente anulado e substituído por um processo que provoque o aprofundamento da discussão político-acadêmica na universidade".

Até o fechamento desta edição o DCE ainda não havia divulgado o seu documento, mas em manifestação feita pelo seu presidente Elario Kappke, o Diretório dos estudantes repudiou o atual processo eleitoral e fará convocação dos alunos a não comparecerem às urnas.

Debates com Leila Bárbara

14(quarta), sala 333 — 14hs, geral com funcionários da Monte Alegre

16 hs, alunos do setor de Pós-Graduação

15(quinta) — 20 hs, alunos do setor de Pós-Graduação

19(segunda) — sala 333, 19h30, Faculdade de Ciências Sociais

21(quarta), sala 333, 10 hs, geral com o campus Monte Alegre

19 hs, geral com campus Monte Alegre

A íntegra do programa da candidata está sendo distribuída juntamente com esta edição.

Conheça

CREDIÁRIO SARAIVA

LIVROS UNIVERSITÁRIOS

agora em até **3** pagamentos

SEM JUROS E SEM ACRÉSCIMO

 **livraria SARAIVA**

A mais completa da história

LOJAS E PONTOS DE VENDA:

CENTRO - Rua José Bonifácio, 203
Rua São Bento, 196
Praça da Sé, 423

HIGIENÓPOLIS - Rua Maria Antonia, 328

OMEC - Av. Candido Xavier Almeida Souza, 200
Mogi das Cruzes Fone: 469 0481

BRAZ CUBAS DIREITO - Rua Francisco Franco, 133
Mogi das Cruzes

BRAZ CUBAS CAMPUS - Av. Francisco Rodrigues Filho, 1233
Mogi das Cruzes

PUC - Rua Ministro de Godoy, 1029
Fone: 872-2763 Direto

OSASCO - Faculdade de Direito - Rua Narciso Sturlini, 883

ITU - Faculdade de Direito - Av. Tiradentes s/n

SÃO JUDAS - Rua Taquari, 546 - Mooca

FMU I - Rua Tagua, 150 Fone 279 3711

FMU II - Av. Liberdade, 654

ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL

Conjunto Hospitalar diminui o déficit em Sorocaba

O principal fator de contribuição para o equilíbrio financeiro do CCMB (Centro de Ciências Médicas e Biológicas) tem sido o trabalho dos docentes no Conjunto Hospitalar de Sorocaba. Através dele, a PUC recebe, a título de serviços prestados, uma verba mensal do Inamps, que no mês de agosto chegou a Cz\$ 31 milhões e representa 35% da receita do CCMB (as mensalidades contribuem com 30%). Apesar disso, o CCMB ainda carece um déficit mensal de aproximadamente Cz\$ 2 milhões, causado, principalmente, pelo hospital Santa Lucinda, de propriedade da Universidade, que, só em agosto, gastou cerca de Cz\$ 15 milhões a mais que a sua arrecadação.

Essas informações foram obtidas junto ao presidente da Associação dos Professores, dr. Vicente Spinola Dias, que admite ser a manutenção do hospital da PUC o maior problema financeiro do CCMB. "Em vez de perdermos mensalmente Cz\$ 15 milhões, poderíamos receber a metade disso, arrendando o hospital à iniciativa privada", sugeriu Spinola.

As conseqüências dessa situação crônica têm repercutido, segundo ele, nas condições de ensino e pesquisa. Neste segundo semestre está sendo reimplantado o programa de pós-graduação em Sorocaba, que só existiu durante o ano de 1980. Essa lacuna acarretou a dificuldade de obtenção de titulação na carreira docente. "Aqui no CCMB a maior parte dos professores é auxiliar de ensino, pois a titulação exige a mudança de cidade, o que poucas pessoas podem fazer", disse.

De acordo com a Secretaria Regional de Saúde, o Conjunto Hospitalar atende potencialmente a uma população de cerca de dois milhões de pessoas, residentes em aproximadamente quinze municípios da região Sorocabana. São dezoito mil consultas mensais e

cerca de duzentas crianças nasceram no Conjunto, só em agosto. Tudo feito pelos professores da PUC e grande parte assistida pelos alunos.

O hospital Regional de Clínicas (o Conjunto é formado deste e do hospital Leonor Mendes de Barros) é o único com uma ala para doentes infectocontagiosos e por isso o único capacitado a abrigar os doentes de Aids da Região.

A forma de pagamento pelos serviços prestados pelos professores foi definida por um convênio MEC/Inamps e destina à Univer-

sidade 50% dos recursos pagos pela Previdência, pelo atendimento médico, sendo que a outra parte vai para a manutenção do Conjunto e pagamento dos funcionários, pois somente os médicos são pagos pela PUC. A modernização ocorrida nos hospitais, principalmente durante a gestão da dra. Maria Eunice Del Fiol como diretora do Conjunto, de 83 a 87, possibilitou a melhoria de seu nível e de sua categoria junto ao Inamps, o que resultou na majoração dos índices de pagamento pelos servi-

Adeus Eunice

Morreu em seis de agosto, aos 46 anos, a Dra. Maria Eunice Del Fiol, médica cardiologista e diretora do Conjunto Hospitalar de Sorocaba. Perde assim a comunidade do CCMB da PUC uma grande amiga. Ex-aluna desta escola, empreendeu lutas importantes, como aluna, em prol da instalação do hospital Regional de Clínicas, que em 1968 era apenas um sonho. Desde seu 4º ano, liderou esforços para a implantação do internato médico no 6º ano do curso. Deixou a faculdade para fazer residência no Instituto Dante Pazzanese, onde junto com outros colegas realizou nova luta: a aceitação de moças naquela residência. Em 1971, iniciou docência na faculdade de Medicina, volta tão marcante que nesse ano recebeu o

maior número de votos como docente homenageada. Em 1978, afastou-se da docência. Suas palavras na época foram: "Talvez possa ajudar mais a escola fora que dentro dela."

Em 1983, aproveitando as idéias de mudança e participação, a comunidade de funcionários do Conjunto, juntamente com professores, alunos e residentes da PUC, votaram maciçamente no nome de Maria Eunice para a direção, pelo Estado, do Conjunto

Hospitalar. Durante o período de sua atuação foram criados dois conselhos: o de direção, reunindo dirigentes do Estado e do CCMB e um consultivo, com representantes dos diferentes segmentos, de funcionários do Estado, professores, alunos e residentes da PUC. Durante a gestão Maria Eunice, o convênio PUC/Estado e MEC/Inamps foi efetivamente implantado e incrementado. Através de um diálogo franco e firme, as diferenças PUC e Estado foram diluindo e a força de trabalho com um sonho de participação de todos, fez com que dessemos grande salto na ampliação e criação de novos serviços. Nesse período, entre outros, foram implantados: maternidade com alojamento conjunto, centro obstétrico, berçário patológico, hemodinâmica, UTI de adultos, laboratórios de imunologia e medicina nuclear, banco de leite humano, criação de ambulatório de pronto atendimento, setor de quimioterapia, novo setor de nefrologia e hemodiálise, setor de ultrassonografia e ecocardiologia etc. Com a ampliação dos serviços e melhorias de condições, aliada à dedicação dos docentes e residentes, através da prestação de serviços, conseguiu este Centro o caminho da autonomia financeira. Perdemos Maria Eunice há um mês. Oxalá possamos manter vivos os seus dois ideais: melhor atendimento aos doentes que procurem este Centro, melhores condições de ensino e pesquisa para o CCMB de Sorocaba.

A dra Maria Cecilia Ferro, professora do CCMB, escreveu este artigo a pedido do Porã.



Após a vitória, os alunos comemoram em frente à reitoria

Alunos da Fono ganham na Justiça

Os alunos da Fonoaudiologia que entraram com mandado de segurança contra a decisão do Conselho Estadual de Educação (CEE), que resultou no aumento de 136%, praticado pela PUC no início deste ano, ganharam a liminar e pagarão, até a conclusão do processo, apenas 1/3 do valor cobrado pela PUC.

Essa decisão, publicada no Diário Oficial em 30 de agosto, foi anunciada pela aluna Vera Lúcia Ferreira Mendes, representante dos alunos da Fono, no último dia 31. Após o comunicado, os estudantes realizaram manifestações em frente à Reitoria e na subida da rampa da Monte Alegre, não poupando garrafas de champanha para comemorar a vitória.

Apesar de terem ganho a liminar, a situação ainda não está garantida e, para conquistarem o privilégio de serem os únicos estudantes a pagar mensalidades inferiores, os 280 alunos da Fono (são 405 ao todo) ainda precisam conseguir mais duas vitórias. A primeira, sem data definida, será junto ao Supremo Tribunal de Justiça de São Paulo, que reexaminará a matéria e os possíveis recursos, tanto do CEE como da PUC.

História

A história toda começou em janeiro deste ano, quando o pedido de correção de defasagem da PUC entrou em pauta no CEE. Pelo procedimento habitual, a Comissão de Encargos (Cene), formada por sete membros, entre os quais um da UNE e outro da Sunab, deveria estudar a necessidade ou não do reajuste. Esse procedimento é regulamentado pelo decreto 93.911/87 e afirma que a decisão da Cene deve ser homologada pelo CEE.

O que aconteceu no caso da PUC foi o desaparecimento dos documentos apresentados

pela Universidade, que resultou na desaprovação, por parte da Cene, do reajuste. Como a Reitoria da PUC possuía o protocolo de entrega do material o CEE decidiu, em reunião plena, aprovar o pedido, ainda que sem o consentimento da Comissão de Encargos.

Foi com base nessa irregularidade que o dr. Mauro Bueno da Silva, contratado pelos alunos da Fono, pediu à Justiça o retorno das planilhas da PUC à Cene e, caso o Tribunal ratifique a decisão da liminar, os estudantes ainda precisam, como segunda vitória; que a Cene não autorize a correção de defasagem, para concretizarem a conquista.

Duas certezas

Segundo o dr. Mauro Bueno, "a Comissão de Encargos não autorizará o reajuste, pois eles perceberão o abuso do aumento". Hoje os estudantes da PUC pagam as "mais altas mensalidades do país", afirmou Bueno. Já para o vice-reitor administrativo da PUC, Alípio Casali, se a matéria voltar à Cene, "certamente será aprovada". Alípio se baseia "apenas nos dados técnicos que exigem o reajuste".

Se a divergência de ambas as partes criam um conflito aparente, o julgamento da certeza do vice-reitor e da convicção do advogado dos alunos será feito pela Cene, caso analise as planilhas da PUC. Até lá, a festa final das alunas terá que ser adiada. Quanto aos demais estudantes da Universidade, inclusive os 125 alunos da Fono que preferiram não entrar no processo, podem, ainda, entrar com pedido de "nulidade do ato do Conselho, que resultou nos aumentos das mensalidades", como afirma o dr. Bueno. Mas para aqueles que preferirem esperar o resultado final da Fono, para decidir entrar na Justiça ou não, Bueno adverte: "Na Justiça, a demora é perda."

CeTeC CeTeC CeTeC CeTeC CeTeC CeTeC CeTeC CeTeC

CeTeC

centro técnico de cópias

RAPIDEZ - QUALIDADE - SEGURANÇA

- Catálogos
- Manuais/Boletins
- Revistas/Livros
- Jornais/Panfletos
- Apostilas
- Textos/Teses
- Cartazes/Volantes
- Listas de Preços
- Artes Gráficas
- Impressos a cores
- Off-set
- Impressos em geral

TELS.: 62-2022 - 62-2329 - 262-8870

R. MINISTRO GODOY, 984 - CEP 05015 - São Paulo

CeTeC CeTeC CeTeC CeTeC CeTeC CeTeC CeTeC CeTeC

MAGNUS

CABELEREIROS

Promoção

FAÇA LIMPEZA DE PELE E GANHE UM LYFIT

MANICURE 400,00

CORTE 400,00

CALISTA COM HORA MARCADA

VENDEMOS PRODUTOS NATURA

Cardoso de Almeida, 1524

Tel.: 263-9050

Jornalismo debate a Comunicação Empresarial

Algumas empresas ainda não descobriram a importância do profissional de comunicação, e mesmo naquelas em que existe esse departamento, as dificuldades de ingresso, para estudantes e recém-formados, são grandes. Entretanto, hoje no Brasil, esse é um mercado em ampla expansão e que deve ser considerado pelos futuros comunicadores. Essas foram algumas das colocações feitas durante o debate "O Mercado de Trabalho: uma visão realista", que encerrou, no último dia 2, a "Semana de Comunicação Empresarial" promovida na PUC pela Aberje-Associação Brasileira de Comunicação Empresarial.

Participaram do debate, acompanhado por cerca de 50 pessoas: Edson Lobo, jornalista responsável pela área de comunicação social da "Johnson & Johnson"; João Alberto Tanhez, do Grupo Fenícia; Anselmo Silva, da Arteplena; Valdeci Verdelho, jornalista de "O Estado de S. Paulo"; e

Amauri Beza Marchese, presidente da Aberje.

Com o processo de abertura democrática, as empresas, que durante o período militar adotavam a política do "nada a declarar", começaram a perceber a necessidade de se abrir e procurar um maior contato com a sociedade. Esse fato, segundo Edson Lobo, fez com que o relações públicas e o jornalista adquirissem maior importância junto ao empresário. Valdeci Verdelho destaca ainda que as crescentes demissões promovidas nas redações de jornais e revistas vêm colaborando com o crescimento da área de comunicação empresarial.

Preconceitos

Fazer jornalismo empresarial "não é bajular o patrão ou concordar com ele. O compromisso do jornalista é com a sociedade", disse Anselmo da Silva ao criticar o preconceito que, antigamente, ou considerava essa atividade "um

bico", ou "uma picaretagem, um romper de compromisso com a sociedade". Segundo ele, todo jornalista vive em constante confronto com o poder, "só que dentro da empresa há uma maior possibilidade de diálogo e de acordo sobre a melhor maneira de informar". Sobre essa relação entre imprensa e empresa, Amauri Marchese declarou que o profissional de comunicação deve acompanhar a sistemática de empresa e saber o que o empresário está pensando, para poder "vender seu trabalho ao chefe".

Durante o debate, os participantes foram unânimes em afirmar que não basta, ao profissional de comunicação empresarial, apenas um bom texto jornalístico, é essencial o conhecimento geral de todos os processos envolvidos na produção de um jornal ou revista: foto, diagramação, edição, publicidade etc.

Mercado

Apesar de estar em cresci-



Amauri Marchese, Edson Lobo, o mediador Valdir Mengardo, João Tanhez e Anselmo Silva.

Ronaldo Entler

mento, o mercado de trabalho para o profissional de comunicação empresarial, segundo João Alberto Tanhez, ainda apresenta grandes dificuldades para estudantes e recém-formados, um dos problemas é a cobrança que as empresas fazem por experiência. Além disso, há a dificuldade em virtude do excessivo número de novos profissionais formados anualmente pelas faculdades. Nesse

sentido, João Tanhez afirmou que a reserva de mercado mantida pela exigência legal do diploma de jornalista não resolve a situação, pois "o que acaba valendo é a qualidade profissional do indivíduo, seja formado ou não".

Uma boa opção para os novos profissionais e estudantes, disse Amauri Marchese, são os pequenos órgãos de comunicação.

Revolução russa no raio - X



Ronaldo Entler

Ao centro o prof. Marco Aurélio Bezerra e, à direita, Marilena Chauí, no debate mediado pelo prof. da PUC, Holien Gonçalves Bezerra (à esq.)

Apesar do recesso escolar, o 9º Encontro de História lotou o auditório do 3º andar do prédio Novo durante o feriado do dia 7, quando o professor Marco Aurélio Garcia, da Unicamp, apresentou seu estudo sobre a formação do modelo revolucionários da URSS. Apesar de consagrado durante muito tempo como única forma de revolução socialista, o exemplo soviético é, segundo Garcia, singular, na medida em que foi formado não apenas por fatores estruturais mas também por acontecimentos durante o processo revolucionário.

E se a 1ª Guerra Mundial influenciou na formação do paradigma, a revolução Russa também buscou exemplos em acontecimentos anteriores.

Um dos quais, descrito por Garcia, foi a Revolução Francesa. O terceiro grande fator de influência seria a constituição intelectual da facção vitoriosa.

Após a longa e detalhada exposição, a professora de Filosofia da USP, Marilena Chauí, comentou o "intimidador texto do professor Marco Aurélio", como disse. Caracterizando-o como um "raio-X" na formação do modelo russo, apontou como importante no trabalho, entre outras coisas, o fato de estudar "aquilo que não foi vitorioso, porque o vitorioso, isolado, se torna doutrina".

O IX Encontro de História foi promovido pelo Núcleo São Paulo da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh)



Você Também pode lucrar com a

Zolder/Philadelphia:

Promoção do Mês

Calça Jeans Semi Bag à partir de Cz\$ 5.490,
Camisetas à partir de Cz\$ 2.100,
Camisa Manga Curta 100% algodão Cz\$ 3.490,

Nas compras acima de Cz\$ 12.000,

(2 vezes sem juros)

Grátis uma Mini-Blusa

Aceitamos cartões Credicard/Diners
Apresentando este anúncio 10% desc. p/ pagtos. à vista

Av. Sumaré 1103 - Perdizes - Em frente a brunella
872-3399

& OLHAR

Atrás das Câmeras. Relações entre Cultura, Estado e Televisão. Laurindo Lalo Leal Filho. Summus Editorial. Cz\$ 1.000,00.



Um amplo panorama das relações entre a televisão, o Estado e a Cultura brasileiras nos últimos 25 anos é traçado neste livro, que conta a tumultuada e por vezes trágica história da TV Cultura de São Paulo. "Atrás das Câmeras" atende a dois tipos de interesse. Do leitor que quer conhecer os bastidores de uma televisão não-comercial, com todas as injunções sobre seu funcionamento, que vão da imposição política de programas à violência do assassinato do jornalista Vladimir Herzog. E do interessado no estudo da evolução da TV brasileira como o mais abrangente instrumento de ação cultural existente no país. Laurindo Leal Filho é jornalista e professor da ECA/USP e da PUC.

Pensando o pensar com W. R. Bion. Maria Emilia Lino da Silva. Editora MG. 116 págs. Cz\$ 1.500,00.

Trata-se da tese de doutoramento em Psicologia da professora do Pós-Graduação da PUC, Maria Emilia. No prefácio, Renato Mezan acentua que o trabalho nada tem daquele ranço pedante que, certa ou erradamente, costuma ser atribuído às produções destinadas à Academia. A autora quis e conseguiu redigir um texto ágil, por vezes poético, sempre rigoroso, sem jamais ser maçante. As idéias de Bion — um

dos mais importantes autores da psicanálise contemporânea — são apresentadas de forma clara e precisa, não como verdades dogmáticas que exigem adoração por uma seita de fanáticos, mas como hipóteses que surgem a partir da exploração de problemas fundamentais para a psicanálise.

Convivendo com a maconha. Paulo Afonso Caruso Ronca. Editora Moraes. 160 págs. Cz\$ 2.418,00.

O que significa conviver com a maconha? Esta foi a questão que o autor apresentou a inúmeras pessoas e obteve respostas surpreendentes. Ao criticar o clima de clandestinidade que envolve a questão, a obra pretende se tornar uma indispensável colaboração à compreensão e análise do fenômeno. O autor é doutor em Psicologia Educacional pela Universidade Estadual de Campinas.

Platão. Ousar a utopia. Jorge Claudio Ribeiro. Coleção Prazer em Conhecer Editora FTD. 80 págs. Cz\$ 780,00.



A coleção dirige-se a quem pretende começar a pensar filosoficamente. Por isso, usa linguagem simples mas expressiva, com ilustrações propostas de reflexão. Além de trazer informações básicas sobre a vida, pessoa, época e idéias dos filósofos, a coleção faz a ponte entre pensadores de outros tempos e o leitor moderno. Jorge Cláudio é jornalista e professor do Departamento de Teologia da PUC.

Essa coluna registra os lançamentos de livros, especialmente os de autoria da comunidade. Os interessados devem enviar informações para a redação do Porã, Rua Monte Alegre, 984, Cep 05014, Fone 864-1012.

ASSINE

LEIA

Um jornal de livros, autores e idéias

(011) 815-4999

POUCAS & BOAS

Acabou a Zona Azul

Acabou o tormento de estacionar na PUC. Foi extinta desde o começo de agosto a Zona Azul em todo o quarteirão da Universidade. O órgão responsável por essa medida foi o DSV (Departamento de Sistemas Viários).

Segundo o assessor de Imprensa do DSV, Saulo Gomes, a medida foi tomada depois de várias reivindicações feitas pelos alunos da PUC, que exigiam 50% de redução no preço da tarifa, em todas as quatrocentas vagas existentes.

A Zona Azul foi extinta pelo antigo órgão da Prefeitura, o CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), hoje extinto, e quem assinou foi seu presidente Wilson Pereira. Para a Prefeitura, essa medida foi mais viável do que as reivindicações dos alunos, pois, com a redução de 50%, a Zona Azul acabaria se tornando inviável. Para oficializar de vez essa medida só fica faltando retirarem as placas do local, o que, segundo Saulo Gomes, será feito ainda essa semana.

Segundo o prof. Antonio Chizzotti, vice-reitor comunitário, a Universidade ainda não foi informada da extinção da Zona Azul, e o único elo que a PUC mantinha com o DSV era o espaço na portaria da rua Ministro de Godoy, cedida pela Universidade para que as moças da Zona Azul se trocassem. Há dois meses, porém, a reitoria ordenou a retirada das moças do espaço, alegando ser proibido o uso de dependências da PUC "para órgãos de fora". A única medida tomada, em relação à Zona Azul, foi enviar à Prefeitura

um ofício pedindo, se possível, que fosse colocado um cartão por período.

Essa onda pega

Os alunos da PUC que praticam surf estão programando para a segunda quinzena de outubro o "1 Encontro de Surf Universitário da PUC". A data ainda não está definida e o número de participantes dependerá do volume de interessados.

Segundo Eduardo Antônio Temponi Lebre e Ricardo Guiss, organizadores do campeonato, o objetivo é dar uma oportunidade para os universitários que, por não poderem se dedicar apenas ao esporte, normalmente não têm nível técnico suficiente para participar das grandes competições.

Será cobrada uma taxa de inscrição, cujo valor ainda não foi estabelecido, e os melhores do torneio receberão troféus e brindes. O local de realização das provas também não foi escolhido, mas deverá ser o Litoral Norte de São Paulo. Os interessados podem procurar Eduardo, no 3º ano de Direito-manhã, ou Ricardo, no primeiro ano de Economia-manhã.

Baile da Primavera

O Departamento Cultural da Afapuc vai realizar o Baile da Primavera no dia 17, das 22 às 4 da manhã. A animação fica por conta da banda Casa Nova e o baile será no restaurante. Entradas a Cz\$ 300,00 para associados e Cz\$ 500,00 não-sócios.

Começa a Olimpuc

No próximo sábado (17), iniciam-se os jogos pela Olimpuc, que serão realizados nas quadras da Derdic. Nesse dia apenas as

equipes de basquetebol e futebol de salão se apresentarão, sendo que os times de voleibol só iniciarão os confrontos no dia 24.

Estes serão os jogos do dia 17:

Horário	Local	nº do jogo	Futebol de Salão	
			Equipe A	Equipe B
13 hs	quadra 1	1	Senocosseno	Nation
13 hs	quadra 2	9	Cabomar	Grupo de Risco
13:40	quadra 2	2	Debilóides	Billing's
13:40	quadra 2	17	Geo Calcita	Prolegômenos
14:20	quadra 1	4	Pinguelo's	Um Sete Um
14:20	quadra 2	5	Canhoteiros	Kanadian's
15:hs	quadra 1	6	Equipe Stola	HTLV 3
15:40	quadra 1	7	Ornitorrinco	Xebasca
16:20	quadra 1	8	Barro na Louça	Hazaft
			Basquetebol	
15 hs	quadra 2	2	Cabomar	Ran Ca Baço
15:40	quadra 2	1	Grupo de Risco	Precheca
16:20	quadra 2	3	Pó Atômico	Os Virgens
17 hs	quadra 2	4	Opus Seis	Chersca's

Adiada negociação salarial

Após realização de suas respectivas assembleias, professores e funcionários definiram suas reivindicações para serem discutidas com a Reitoria. A principal reivindicação dos funcionários foi a antecipação da defasagem salarial de março a setembro, segundo índices do DIEESE, que foi de aproximadamente 36%. Além desse item, os funcionários querem a antecipação da reposição salarial de 5% de outubro para setembro e a manutenção das URPs. Já os professores fize-

ram uma extensa pauta de reivindicações que foi dividida em dois pontos: salarial e contratual. No primeiro, eles reivindicam reajuste calculado com base no IPC acumulado de março a agosto e antecipação da última parcela do plano de aumento de outubro para setembro. No segundo item, as reivindicações incluem pontos como o limite máximo de 30 alunos por turma na graduação, máximo de 60 alunos por professores da graduação, entre outros.

A Reitoria, como resposta inicial, enviou um documento à Afapuc e Apropuc com duas considerações: a primeira, é que as entidades devem aguardar a eleição da próxima Reitoria para discussão das reivindicações, e a segunda é que o planejamento econômico-financeiro precisa ser mantido e não pode sofrer alterações que venham a afetar a sua continuidade. Ainda segundo o documento, a Reitoria não entra no mérito das reivindicações, mas elas devem ser adiadas até outubro, já com a nova Reitoria.

Para discutir a resposta da Reitoria, a qual considerou como manobra, a Apropuc convocou os professores para uma Assembleia a ser realizada dia 16/9, às 19h30. Os funcionários, em assembleia realizada na última segunda-feira (12/9), decidiram encaminhar uma carta política ao Vice-Reitor Administrativo, Alípio Casali. Tal decisão foi tomada porque, segundo os funcionários, ele considera a questão política e não financeira. Eles solicitaram ainda que a resposta seja dada em assembleia aberta a todos os funcionários.

PAPEL DE SEDA

Monte seu caderno!

Caderno por kilo na papel de seda
C.A. de educação perto da quadra.



Fotos Ronaldo Entler

Tuca aposta numa campanha de reconstrução

O projeto visa a utilização do próprio espaço do Tuca para a obtenção de recursos

“Com o tempo, o impacto emocional causado pelo incêndio do Tuca passou, e as pessoas se esqueceram que nós ainda precisamos de muito apoio e colaboração”, lamenta o secretário geral da Comissão SOS TUCA, professor Juracy Almeida, que tem dificuldade, por essa razão e pela própria situação econômica nacional, em obter recursos para o término das obras.

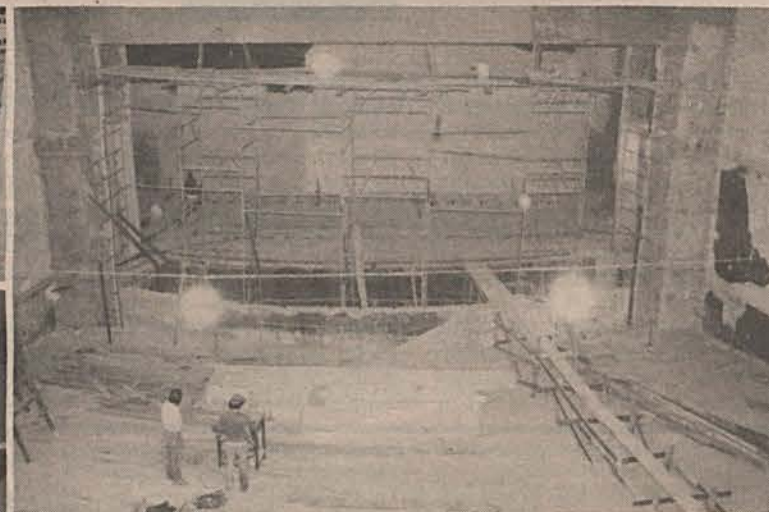
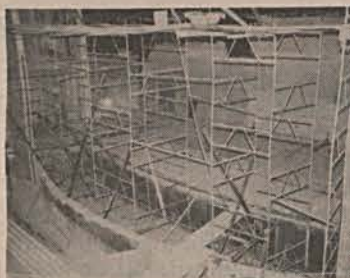
Nesses quatro anos de muito trabalho, a Comissão, que tem sua infra-estrutura garantida pela PUC, já arrecadou cerca de setecentos mil dólares entre doações, material e prestação de serviço. O Tuca já está com todos os seus projetos prontos e pagos, exceto o elétrico e o hidráulico que ainda estão sendo estudados por medidas de segurança. Agora, a idéia da Comissão é lançar uma nova campanha de reconstrução. “Estamos elaborando projetos que visam ao uso do próprio espaço do Tuca para gerar recursos.” Por isso, a obra tem o Tucão como prioridade; o seu palco está recebendo cuidados especiais para que no final de outubro já possa ser utilizado.

Lei Sarney

A Lei Sarney vem dificultando

a obtenção de novos recursos para as obras. Embora ela permita que as empresas e pessoas jurídicas, além de deduzir como despesas as doações efetuadas, descontem do imposto de renda a pagar, o Tuca teve seu pedido de registro negado junto ao Ministério da Cultura, por estar vinculado à Universidade, o que provoca o desinteresse por parte das empresas em fazer doações. Mas o Tuca já está com a documentação e pareceres favoráveis em Brasília e aguarda apenas por uma definição política do próprio Ministério.

Outro empecilho é a canalização das verbas estatais para a restauração do Teatro Municipal, ao Memorial da América Latina e à construção do Teatro Villa-Lobos. Para o professor Juracy é muito importante manter uma imagem do Tuca vivo, mostrando que ele está presente na vida cultural. “O apelo do Tuca sempre encontrou eco em todos os setores, e pretendemos, com a campanha de reconstrução, sensibilizar novamente a sociedade. A campanha não é suficiente, porém necessária”, diz ele.



Todos os projetos já estão prontos e pagos. A parte elétrica e a hidráulica estão sendo estudadas por medida de segurança

Onze anos da invasão

A fim de dispersar cerca de 2 mil estudantes que realizavam um ato público em frente ao Tuca, a Polícia Militar invadiu o campus Monte Alegre da PUC no dia 22 de setembro de 1977.

Os novecentos policiais que participaram desta premeditada e bem planejada operação estavam sob comando do Cel. Antônio Erasmo Dias, então Secretário de Segurança do

Governo Egídio.

Os manifestantes corriam para dentro da Universidade, já que o campus estava totalmente cercado. Muitos foram pisoteados e dezesseis pessoas sofreram graves queimaduras. Além da destruição dos Centros Acadêmicos e da violação de arquivos, as salas foram pichadas com a sigla CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e 37 estudantes enquadrados

na Lei de Segurança Nacional.

Naquele ano muitas concentrações e protestos estudantis foram reprimidos, mas nenhum com tamanha crueldade e violência. Para o DCE o ato também quis atingir a Reitoria que havia alojado, em julho do mesmo ano, a então proibida 29ª Reunião Anual da SBPC.

Débora Freire